

HABEAS CORPUS Nº 570.361 - PR (2020/0079005-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - PR019847
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALMIR BATISTA DE OLIVEIRA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

ALMIR BATISTA DE OLIVEIRA FILHO alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que manteve a sua prisão preventiva nos autos do HC n. 0010136-40.2020.8.16.0000.

Informam os autos que o paciente, ao lado de inúmeros corréus, foi preso preventivamente por determinação do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-PR, como incurso nos crimes de peculato (art. 312 do CP), cárcere privado (art. 148 do CP), falsidade ideológica (art. 299 do CP), prevaricação (art. 319 do CP) e associação criminosa (art. 288 do CP).

Neste *writ*, a defesa relembra a impetração do HC 567.785, em favor do corréu Fábio Edgar Silva, ocasião em que esta relatoria teria "perpetu[ado] o constrangimento ilegal ao deixar de analisar a específica situação de Fábio para indeferir o pedido liminar justamente com fundamentos que não lhe diziam respeito".

Salienta que referida "decisão se limita a repetir os mesmíssimos fundamentos da decisão de prisão, reafirmando elementos genéricos de convicção, os quais são utilizados em relação a todos os réus".

Argumenta que "alguns réus colaboraram de forma contundente com a apuração dos fatos, havendo registro de apenas um que tenha dificultado as diligências policiais", contudo, "todos estão presos por supostamente interferirem na produção probatória".

Requer a soltura do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação do art. 319 do CPP.

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro** manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, verifico que, após o decreto e a prorrogação da prisão temporária, o Delegado de Polícia da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, do Núcleo de Inteligência e Operações, pela prisão preventiva dos indiciados Almir Batista de Oliveira Filho, André Martinez Sanches, Fábio Edgar Silva, Leonardo Augusto Schauff Petschow, José Márcio Ilkiu, Nivaldo Correa Cardoso e Regner Rodrigo Avancini, ocasião em que o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-PR decretou a prisão preventiva nos seguintes termos:

PRISÃO PREVENTIVA

[...]

No caso em apreço, a prova da materialidade e os indícios da autoria dos delitos de associação criminosa majorada pelo emprego de arma (artigo 288, parágrafo único, do Código Penal), cárcere privado (artigo 148, caput, do Código Penal), peculato (artigo 312, caput, do Código Penal), prevaricação (artigo 319, caput, do Código Penal) e falsidade ideológica majorada (artigo 299, parágrafo único, do Código Penal) estão presentes com: o boletim de ocorrência nº 2019/1445263, lavrado pelos próprios investigadores de polícia ora representados, evidenciando terem sido eles quem se envolveram nos fatos e apreenderam as mercadorias; as imagens das mercadorias fornecidas pelas vítimas, dando conta de uma quantidade bastante superior de produtos em relação aos efetivamente apresentados à Receita Federal; os boletins de ocorrência alusivos ao cumprimento de mandados de busca e apreensão; o relatório de investigação, inserido à mov. 1.20 do inquérito policial em apenso, com o qual é possível vislumbrar, especialmente das imagens extraídas das gravações das câmeras de segurança do prédio onde os requeridos realizaram a abordagem, que havia mais objetos apreendidos do que aqueles entregues à Receita Federal; os termos de declarações das vítimas Antônio Freitas França e Lucílio Maniese Júnior, bem como seus respectivos autos de reconhecimento fotográfico; os termos de declarações das testemunhas Suellen Maria Ferreira e Leandro Ferreira dos Reis, bem como o reconhecimento por parte de Suellen; a relação de mercadorias encaminhadas à Receita Federal; os comprovantes de compras de vários itens no Paraguai; a

resposta ao ofício nº 90/2020 destinado à Polícia Federal, acerca de eventual apresentação dos fatos ora investigados àquela instituição, sendo negativa a resposta; os termos de depoimentos dos delegados de polícia Antônio Silva Cardoso e Mozart Rocha Gonçalves, dentre outros, somando-se ao que será explanado infra.

Consoante se extrai do respectivo inquérito policial, no dia 12 de dezembro de 2019, os requeridos, investigadores da Polícia Civil, foram à rua Itapirucu, nº 337, bairro Vila Nova, nesta Comarca, sob o pretexto de terem recebido notícias de que lá eram armazenadas drogas e armas de fogo.

No local, prédio onde residem Leandro Ferreira dos Reis e Suellen Maria Ferreira, abordaram o casal, além de Antônio Freitas de França e Lucílio Maniese Júnior.

Eles, segundo o relatado, estariam na posse de grande quantidade de mercadorias de naturezas diversas, provenientes do Paraguai, avaliadas em aproximadamente R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), e três veículos, de marcas e modelos “Fiat Toro”, “Renault Clio” e “Ford Focus”.

Estavam, por ocasião da abordagem policial, retirando as mercadorias do “Clio” e do “Focus” e carregando o “Fiat Toro”, que seriam levadas por Antônio a Ribeirão Preto (SP), onde as revenderiam.

Os investigadores de polícia ora requeridos carregaram os três veículos com as mercadorias encontradas, e foram à delegacia, levando consigo Lucílio Maniese Júnior, Antônio Freitas de França e Leandro Ferreira dos Reis.

Segundo consta, lá chegando, no entanto, em vez de adotarem as formalidades cabíveis, conduziram tais pessoas a uma sala no subsolo, afirmando ser a sala do “Delegado Márcio”. As conduções e apreensões não foram comunicadas à autoridade policial, como tampouco foi realizada a lavratura do auto da prisão em flagrante dos abordados ou informado o aparente crime de descaminho à Polícia Federal.

De acordo com as declarações dadas pelos próprios conduzidos, estes foram direto à suposta “sala do delegado”, onde estavam as mercadorias, tendo sido avisados, pelos requeridos, que tais bens permaneceriam apreendidos. Na sequência, foram levados ao denominado “corró”, cela provisória existente na delegacia, onde permaneceram por cerca de cinco horas. Após, foram

encaminhados à Receita Federal, para suposta entrega dos bens apreendidos, objeto do suposto descaminho.

Contudo, segundo o recibo emitido pelo órgão fiscal, os declarantes, aparentemente, não entregaram todas as mercadorias.

Após sua liberação, os abordados foram ao GAECO e à Corregedoria da Polícia Civil para reportar o ocorrido.

Segundo consta dos autos, Antônio Freitas de França, em suas declarações prestadas, disse que, após constatar, verificando o recibo, não terem sido entregues todos os bens, tentou negociar com os requeridos a restituição dos produtos, o que lhe foi negado.

Afirmou, também, ter o requerido LEONARDO AUGUSTO SCHAUFF PETSCHOW, durante a lavratura do Boletim de Ocorrência, dito- lhe que “aliviarão” para ele e liberariam dois dos três veículos apreendidos, lavrando o auto de apreensão de apenas um deles.

Por seu turno, Lucílio Maniese Júnior prestou declarações no mesmo sentido, acrescentando ser JOSÉ MÁRCIO ILKIU o investigador que se apresentou como sendo o “Delegado Márcio”.

Ao mesmo tempo, Antônio e Lucílio apresentaram à Corregedoria da Polícia Civil fotografias tiradas momentos antes da abordagem policial efetuada pelos requeridos, enquanto carregavam o veículo com os objetos de descaminho.

Comparadas tais imagens com o relatório fornecido pela Receita Federal de bens entregues, é possível constatar que a maioria das mercadorias mais caras não foi entregue ao órgão fiscal.

Vislumbra-se a mesma circunstância também por meio das gravações da câmera de segurança do local dos fatos, que demonstram ser a quantidade de bens apreendidos consideravelmente superior à de produtos entregues à Receita Federal.

Por sua vez, Suellen Maria Ferreira acrescentou que os agentes da autoridade em questão levaram consigo, também, as notas fiscais referentes às compras feitas no Paraguai. De acordo com ela, dentre os bens, havia perfumes, iMac, iPad, celulares Xiaomi, iPhones, notebooks, fones de ouvido da marca “JBL” e videogames.

Reforçou ser a quantia de bens entregue à Receita muito inferior àquela de bens apreendidos, especificando, a título de exemplo, não constar da relação de bens

entregues vinte telefones celulares “iPhone” que foram apreendidos.

Esclareceu que o “Renault/Clio”, de sua propriedade, foi a ela restituído.

Além disso, dos três carros, apenas o “Fiat/Toro” foi inserido na relação de bens apreendidos; o “Ford/Focus”, assim como o “Clio”, ambos de propriedade de Leandro Ferreira dos Reis e Suellen, foram devolvidos.

Acrescentou ser Leandro amigo de Bruno Christovão Menezes, agente de cadeia. Bruno, que em tese tem amizade também com o requerido LEONARDO, teria ido com Leandro à Delegacia no dia seguinte da apreensão para obter a restituição dos veículos.

Há, portanto, fortes suspeitas de negociação espúria, em associação criminosa, entre os investigadores em polícia em questão – ora representados –, envolvendo Leandro e intermediada por Bruno, quanto à devolução dos veículos.

Diante dessas informações, extraídas sobretudo dos termos de declaração e imagens que instruem o pedido e o inquérito policial respectivo, há fundados indícios de que os requeridos Almir Batista de Oliveira Filho, André Martinez Sanches, Fábio Edgar Silva, Leonardo Augusto Schauff Petschow, José Márcio Ilkiu, Nivaldo Correa Cardoso e Regner Rodrigo Avancini tenham agido em conluio para o cometimento dos delitos de associação criminosa majorada pelo emprego de arma (artigo 288, parágrafo único, do Código Penal), cárcere privado (artigo 148, caput, do Código Penal), peculato (artigo 312, caput, do Código Penal), prevaricação (artigo 319, caput, do Código Penal) e falsidade ideológica majorada (artigo 299, parágrafo único, do Código Penal).

Deveras, consoante se extrai da leitura do relatório de investigação, inserido à mov. 1.20 do inquérito policial em apenso, é possível vislumbrar, especialmente das imagens extraídas das gravações das câmeras de segurança do prédio onde os requeridos efetuaram a abordagem, que havia mais objetos apreendidos do que aqueles entregues à Receita Federal.

Ademais, foi demonstrada a existência de contradições na abordagem feita pelos requeridos.

Com efeito, os requeridos foram ao local da abordagem sob o pretexto de terem recebido informações de que lá havia armazenamento de armas de fogo.

No entanto, como salientado no próprio relatório de

investigação inserido no inquérito policial, não foram por eles observadas as práticas típicas para este tipo de abordagem, pois não traziam o armamento recomendado para crimes envolvendo o tráfico de armas e de drogas, e muitos dos requeridos sequer usavam colete balístico, também exigido para tal tipo de abordagem, haja vista a grande possibilidade de confronto.

Presente, destarte, o *fumus commissi delicti*, dando conta da prova da ocorrência de fatos criminosos contemporâneos. Nesta quadra, observe-se já ter o Ministério Público, nesta data, oferecido denúncia contra todos os indiciados, imputando-se a perpetração dos delitos de associação criminosa majorada pelo emprego de arma (artigo 288, parágrafo único, do Código Penal), cárcere privado (artigo 148, caput, do Código Penal), peculato (artigo 312, caput, do Código Penal), prevaricação (artigo 319, caput, do Código Penal) e falsidade ideológica majorada (artigo 299, parágrafo único, do Código Penal).

Por outro lado, após os elementos de informação carreados no curso da investigação, inclusive em decorrência das investigações encetadas no curso da prisão temporária decretada e prorrogada por este juízo, constata-se o *periculum libertatis* em relação a todos os representados, na medida em que a prisão preventiva deles é imprescindível como garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, como adiante se verá.

Deveras, o procedimento investigatório está a demonstrar o perigo concreto que os representados oferecem à instrução criminal, se vierem a livrar-se soltos.

Sim, porque todos são integrantes da Polícia Civil do Estado do Paraná, lotados nesta cidade de Londrina, detendo, portanto, uma parcela da função estatal e exercendo um munus público.

Podem coagir vítimas e testemunhas, tumultuando o andamento da instrução processual. Podem destruir provas, prejudicando a ação dos órgãos de persecução e da própria justiça.

Ressalte-se que os representados, em tese, pretextando a apuração de “denúncia anônima” dos delitos de tráfico de drogas e armas, foram ao local dos fatos, mesmo sem a padronização exigida para a natureza do ato, isto é, coletes balísticos e armas longas, e lá se depararam com as mercadorias que deveriam ser apresentadas ao

delegado de polícia da unidade ou de plantão para a lavratura do auto de prisão em flagrante.

No entanto, deixaram deliberadamente de apresentar os fatos à autoridade policial, apropriando-se de grande parte das mercadorias e ainda se utilizaram do sistema de B.O. da Polícia, tentando dar a impressão de licitude e obediência às normas procedimentais, porém, ao mesmo tempo, apresentando apenas uma quantia dos objetos apreendidos à Receita Federal, a fim de legitimar o boletim de ocorrência por eles confeccionado com informações falsas.

Nota-se, pelo menos em análise perfunctória, que os representados se utilizaram de expedientes da própria estrutura policial para tentarem escamotear os crimes por eles mesmos, em tese, perpetrados.

Foram inquiridos pela autoridade policial o Delegado de Polícia Antônio Silva Cardos, responsável pela equipe investigada, e o delegado de polícia Mozart Rocha Gonçalves, plantonista na 10ª SDP, na data de 12 de dezembro de 2019, tendo ambos confirmado que os fatos em questão não foram levados ao conhecimento deles – o que é, claro, inadmissível.

Acrescente-se que após o decreto da prisão temporária e o cumprimento dos mandados de busca e apreensão expedidos por este juízo, segundo o relatado pela autoridade policial, encontrou-se celular idêntico ao desviado (Xiaomi Redmi Note 07) na residência do representado ALMIR BATISTA DE OLIVEIRA FILHO, que inclusive, na oportunidade quebrou o aparelho em questão com o objetivo de impedir que os policiais tivessem acesso ao seu conteúdo.

Também foi encontrado um aparelho de TV idêntico ao desviado, além de diversos perfumes, na casa do representado ANDRÉ MARTINEZ SANCHES. Já na residência do representado JOSÉ MÁRCIO ILKIU, encontrou-se um celular Xiaomi Redmi dado ao seu filho. Enquanto isso, um celular Xiaomi Redmi e caixas de som Google Home Mini, com fitas plásticas envoltas da embalagem, estavam na casa do representado NIOVALDO CORREA CARDOSO. E na residência do representado REGNER RODRIGO AVANCINI, foram encontrados diversos perfumes e cremes hidratantes semelhantes aos desviados, inclusive com idêntica forma de lacração caseira, além de um telefone celular Xiaomi MI 9, dado de presente à sua filha, no mesmo dia dos

fatos.

A par disso, a relação de mercadorias apresentadas à Receita Federal de nº 0910200-134279/2019 ostenta número excessivamente inferior em relação às que efetivamente estavam no local dos fatos, tendo sido analisadas pela autoridade policial as imagens do circuito interno de câmera do local dos fatos e cotejadas com as imagens das mercadorias repassadas à Corregedoria-Geral da Polícia Civil pelas vítimas e com as notas do Paraguai, constatando-se vários desvios de eletrônicos, perfumes e cosméticos, citando-se, como exemplo, a falta de celulares iPhone, Xiaomi, iMac e Xbox, além de placas para computador Raspberry, relógios Apple Watch Série 4, fones de ouvido JBL e notebook Apple.

Se tudo isso já não bastasse, a testemunha Antônio de Freitas de França, em sua oitava a partir dos dezesseis minutos da primeira parte, consoante relatado pela autoridade policial, disse, referindo-se aos ora representados:

“[...] Aí eles começaram a querer me devolver. Depois que eu falei que... ia pegar, tal, eles queriam me devolver mixaria, eu falei que não ia pegar. Estava negociando. Aí de repente acabou a negociação. Aí eles me falaram que não ia devolver mais nada.

Eu falei: então tá bom. Aí eu falei que vou no GAECO e vou na Corregedoria da Polícia. Aí agora tô sofrendo ameaça. Estão ameaçando. Meu amigo daqui falou que vão matar meu amigo aqui e a mulher. [...] Falaram que eles iam ficar na porta do GAECO esperando nós” (grifei).

Ao mesmo tempo, a testemunha Leandro Ferreira dos Reis, cuja segunda oitiva, aliás, pretendia ser feita pela autoridade policial, tendo sido este um dos motivos da prorrogação da prisão temporária, mudou-se de endereço logo após os fatos, por motivos desconhecidos, de acordo com o informado nestes autos.

Verifica-se facilmente, portanto, haver uma sequência de fatos e circunstâncias que denotam que os representados tentam frustrar a produção de provas, prejudicando o trabalho dos órgãos persecutórios, além de claramente ameaçar testemunhas, conforme literalmente consta do depoimento gravado de Antônio Freitas de França, de

modo a não ser nenhuma conjectura a influência deletéria que os representados poderão ter na coleta de provas durante a persecução penal, com a possibilidade concreta de intimidarem as testemunhas por ele mesmos já possivelmente subjugadas, além da facilidade com que poderão, mais uma vez fazendo criminoso uso de seus cargos, embaraçar a colheita de provas e aniquilar os vestígios dos crimes, notadamente porque, se obtiveram vantagens patrimoniais indevidas, poderão encontrar meios de obnubilar a atuação policial na apuração do destino dado aos produtos dos delitos, bem como a cadeia de todos os envolvidos na quadrilha, pois uma associação criminosa exige, é claro, ramificações e cooperação de uma série de pessoas, a fim de que possa ter êxito.

Resta clara, destarte, a conveniência da prisão cautelar à instrução criminal.

Ressalte-se, por oportuno, que todas as medidas cautelares diversas da prisão não se mostram suficientes aos representados Almir Batista de Oliveira Filho, André Martinez Sanches, Fábio Edgar Silva, Leonardo Augusto Schauff Petschow, José Márcio Ilkiu, Nivaldo Correa Cardoso e Regner Rodrigo Avancini, pois, uma vez soltos, ainda que com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (tais como monitoração eletrônica, afastamento, suspensão do exercício da função pública, proibição de contato com pessoas e de acesso a determinados lugares), diante do panorama já apresentado, todos os indiciados poderão facilmente causar obstáculos à instrução criminal, fazendo uso da temibilidade em razão do cargo, da perspicácia inerente à sua profissão.

Tanto que, segundo consta, a priori, inclusive mantiveram restringida a liberdade dos abordados por mais de cinco horas, não efetuaram a prisão destes nem submeteram os fatos à autoridade policial competente, desviaram considerável parte das coisas apreendidas em proveito próprio, bem como liberaram os envolvidos com seus respectivos veículos depois de encarcerá-los ao arrepio da lei, além de ameaçarem testemunha e destruírem celular quando do cumprimento da busca e apreensão.

Nunca é demais frisar que, consoante consta dos autos, ameaçaram gravemente Antônio Freitas de França caso ele e os demais comunicassem os fatos ora investigados ao GAECO e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil.

Por outro lado, esta não é a única motivação justificadora

da prisão preventiva, pois ela é também necessária como garantia da ordem pública, em razão da periculosidade dos representados, evidenciada pelo modus operandi empregado, na medida em que estes policiais civis, a priori, em associação criminosa, com divisão de tarefas, perpetraram delitos utilizando-se de suas funções, inclusive mantendo pessoas (testemunhas dos fatos ora apurados) em cárcere privado, para obterem vantagens patrimoniais, tudo sob o pálio do cargo de investigador por cada um deles ocupado.

Deveras, é possível verificar, pelo relatório de investigação de movimentação 1.3, que após a abordagem por eles efetuada, com a apreensão das mercadorias, totalizando cerca de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a maioria dos bens mais caros não foi por eles entregue ao órgão fiscal.

Note-se ter havido o reconhecimento dos investigados formalizado por Antônio Freitas de França, Leandro Ferreira dos Reis, Lucílio Maniese Júnior e Suellen Maria Ferreira.

A destreza e a despreocupação já reveladas pelos investigados são tantas que um dos representados inclusive simulou ser “o delegado Márcio”, com uma verdadeira encenação na “sala do delegado”.

Passando assim as coisas, a prisão preventiva de todos os indiciados também se justifica como garantia da ordem pública, seriamente ameaçada quando agentes da autoridade policial encarregados do combate aos crimes deles tiram proveito, havendo imperiosa necessidade de se impedir a proliferação dos delitos em relação a policiais que se servem do aparelhamento do Estado com essa finalidade, somando-se a isso a extrema gravidade concreta do que aos representados são imputados.

Segue recente julgado dando conta das balizas da jurisprudência dominante do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e normatizada com a edição da LEI Nº 13.964/2019, todas rigorosamente observadas na presente decisão: [...]

É evidente que policiais civis, cuja função precípua é combater o crime, não podem se valer de suas funções justamente para cometer crimes. Tal fato enseja um grau de periculosidade para a ordem pública de extrema magnitude, na medida em que a participação de membros de instituição pública voltada à garantia da segurança da sociedade configura grave ameaça à ordem pública e à

paz social, haja vista a insegurança incutida no meio social, que passa a desacreditar nas estruturas sociais formais de combate à criminalidade, além do já apontado alto potencial de manipulação da instrução processual penal.

Nesta quadra, o representante da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, com percuciência, frisou outro ponto que também reputo relevante; por isso, trago-o à tona:

“[...] Ademais, os representados fazem parte de uma estrutura extremamente sensível da 10ª Subdivisão Policial de Londrina: José Márcio Ilkiu é superintendente (chefe dos investigadores), Regner é chefe do setor de furtos e roubos e os demais compõem esta última equipe. Percebe-se que, ao menos, dois deles exercem funções de extrema confiança na Unidade Policial e de sensibilidade ímpar. / O número de representados é outro fator que deve ser ponderado, dado que evidencia o comprometimento de todo um setor que assume as consequências da prática criminosa.”

É inegável a circunstância de que se os policiais em questão, a priori, formam um grupo criminoso que tem a capacidade de documentar apenas parte da apreensão de mercadorias advindas do Paraguai, apropriando-se criminosamente da maioria delas, e, para tanto, mantiveram pessoas em cárcere privado, fizeram constar informações inverídicas em boletim de ocorrência e em lista encaminhada à Receita Federal, liberaram bens sem nenhuma regularidade, não comunicaram os fatos aos Delegados de Polícia a que estão adstritos, dentre outras manobras, não se configurando conjectura e ilação a assertiva de que poderão ameaçar testemunhas e destruir provas, devendo ser, portanto, encarcerados, não sendo possível, por conseguinte, a aplicação de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão contempladas pelo artigo 319 do Código de Processo Penal. [...]

Acolho, igualmente, o judicioso parecer do Ministério Público, destacando-se os seguintes excertos por mim agora sufragados:

“[...] No caso em tela, verificou-se que os investigados estruturaram um engenhoso modo de atuação, forjando uma falsa averiguação envolvendo armas e drogas para enganar as vítimas e restringir suas liberdades, bem como desviar produtos objeto das apreensões e, ardilosamente, inserir informações

falsas em documentos públicos, em especial, do respectivo boletim de ocorrência. Pior: valeram-se do material humano e físico do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná para a execução de seus crimes, chegando ao ponto de manterem as vítimas presas irregularmente nas dependências da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, além do que utilizaram viaturas e equipamentos da força de segurança para a prática dos crimes em voga.

[...] Uma vez em liberdade, todos eles encontrarão ainda mais estímulos relacionados às infrações até então cometidas. É evidente que, soltos, há imensa probabilidade de que continuem cometendo crimes, inclusive por meio da associação criminosa por eles constituída.

[...] Relembre-se que foram presos 7 (sete) (!) investigadores de polícia de uma mesma delegacia especializada.

[...] Em resumo, os delitos praticados pelos denunciados atentaram especialmente contra a Administração Pública e a Paz Pública, o que demonstra o descaso que têm para com a sociedade em geral.

Todos eles se prontificaram a integrar uma organização criminosa, fato este que, per si, já se enquadra no conceito de garantia da ordem pública, circunstância que induz à imperiosa necessidade de custódia cautelar para evitar a continuidade das ações criminosas.”

São fatos concretos, como não poderiam deixar de ser, que determinam a sua custódia preventiva, e, ao mesmo tempo, revelam a inadequação e insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

Ressalte-se, por oportuno, inclinar-se nitidamente o entendimento pretoriano no sentido de que as eventuais condições de ser primário, de possuir bons antecedentes e de ter residência fixa não tornam imune o indigitado autor de crime à prisão cautelar, quando esta é ditada por razões previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Realmente, conforme entendimento jurisprudencial pacífico, eventuais condições pessoais favoráveis, isoladamente, além de não imporem a aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, não afastam a possibilidade de decretação da prisão preventiva. [...]

Ante o exposto, com fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal, DEFIRO o pedido formulado e DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA dos representados Almir Batista de Oliveira Filho, André Martinez Sanches, Fábio Edgar Silva, Leonardo Augusto Schauff Petschow, José Márcio Ilkiu, Nivaldo Correa Cardoso e Regner Rodrigo Avancini, já qualificados nos autos. [...]
Londrina, 21 de fevereiro de 2020.
Juiz de Direito JULIANO NANUNCIO
Titular da 3ª Vara Criminal (fls. 70-88)

Tais elementos afastam, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de se mostrarem suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.

Com efeito, observo, *in actu oculi*, que **o Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva**, ao salientar o seguinte:

Apontou a prova da materialidade e os indícios da autoria dos delitos de associação criminosa majorada pelo emprego de arma, cárcere privado, peculato, prevaricação e falsidade ideológica majorada estão presentes no (a) B.O. n. 2019/1445263, lavrado pelos próprios investigadores de polícia ora representados – "evidenciando terem sido eles quem se envolveram nos fatos e apreenderam as mercadorias" –; (b) as imagens das mercadorias fornecidas pelas vítimas – "dando conta de uma quantidade bastante superior de produtos em relação aos efetivamente apresentados à Receita Federal" –; (c) os boletins de ocorrência alusivos ao cumprimento de mandados de busca e apreensão; (d) o relatório de investigação – no qual é possível vislumbrar, especialmente das imagens extraídas das gravações das câmeras de segurança do prédio onde os requeridos realizaram a abordagem, que havia mais objetos apreendidos do que aqueles entregues à Receita Federal –; (d) os termos de **declarações das vítimas** Antônio Freitas França e Lucílio Maniese Júnior; (e) os termos de declarações das testemunhas Suellen Maria Ferreira e Leandro Ferreira dos Reis; (f) a relação de mercadorias encaminhadas à Receita Federal; (g) os comprovantes de compras de vários itens no Paraguai; (h) a resposta ao Ofício n. 90/2020 destinado à Polícia Federal (acerca de eventual apresentação dos fatos ora investigados àquela instituição, sendo negativa a resposta); (i) os termos de

depoimentos dos delegados de polícia Antônio Silva Cardoso e Mozart Rocha Gonçalves, etc.

Narra que, segundo o inquérito policial, no dia 12/12/2019, "os requeridos, investigadores da Polícia Civil, foram à rua Itapirucu [...], sob o pretexto de terem recebido notícias de que lá eram armazenadas drogas e armas de fogo", onde abordaram o casal Leandro Ferreira dos Reis e Suellen Maria Ferreira, além de Antônio Freitas de França e Lucílio Maniese Júnior que "estariam na posse de grande quantidade de mercadorias de naturezas diversas, provenientes do Paraguai, avaliadas em aproximadamente R\$ 450.000,00, e três veículos, de marcas e modelos Fiat Toro, Renault Clio e Ford Focus".

Descreve que "os investigadores de polícia ora requeridos carregaram os três veículos com as mercadorias encontradas, e foram à delegacia, levando consigo Lucílio Maniese Júnior, Antônio Freitas de França e Leandro Ferreira dos Reis", salientando que "em vez de adotarem as formalidades cabíveis, conduziram tais pessoas a uma sala no subsolo, afirmando ser a sala do Delegado Márcio", "as conduções e apreensões não foram comunicadas à autoridade policial, como tampouco foi realizada a lavratura do auto da prisão em flagrante dos abordados ou informado o aparente crime de descaminho à Polícia Federal".

Ressalta que os próprios conduzidos informaram terem ido diretamente "à suposta sala do delegado, onde estavam as mercadorias, tendo sido avisados, pelos requeridos, que tais bens permaneceriam apreendidos", sendo que, "na sequência, foram levados ao denominado 'corró, cela provisória existente na delegacia, onde permaneceram por cerca de cinco horas".

Em seguida, sublinha que os conduzidos "foram encaminhados à Receita Federal, para suposta entrega dos bens apreendidos, objeto do suposto descaminho", mas, "segundo o recibo emitido pelo órgão fiscal, os declarantes, aparentemente, não entregaram todas as mercadorias".

Imediatamente após a liberação, os abordados foram ao GAECO e à Corregedoria da Polícia Civil para reportar o ocorrido.

A decisão do Juízo de primeiro grau narra que **uma das vítimas, Antônio Freitas de França**, declarou que, "após constatar, verificando o recibo, não terem sido entregues todos os bens, tentou negociar com os requeridos a restituição dos produtos, o que lhe foi negado" e que o

acusado "Leonardo Augusto Schauff Petschow, durante a lavratura do Boletim de Ocorrência, [teria] dito que 'aliviarão' para ele e liberarão dois dos três veículos apreendidos, lavrando o auto de apreensão de apenas um deles". **Outra vítima, Lucílio Maniese Júnior**, prestou declarações no mesmo sentido, acrescentando ser José Márcio Ilkiu o investigador que se apresentou como sendo o "Delegado Márcio". Por fim, assevera que essas vítimas, Antônio e Lucílio, "apresentaram à Corregedoria da Polícia Civil fotografias tiradas momentos antes da abordagem policial efetuada pelos requeridos, enquanto carregavam o veículo com os objetos de descaminho".

O Juízo de primeira instância conclui, da "compara[ção] de tais imagens com o relatório fornecido pela Receita Federal de bens entregues, [...] que a maioria das mercadorias mais caras não foi entregue ao órgão fiscal", fato esse confirmado "por meio das gravações da câmera de segurança do local dos fatos, que demonstram ser a quantidade de bens apreendidos consideravelmente superior à de produtos entregues à Receita Federal".

A decisão de primeiro grau narra que a **testemunha Suellen Maria Ferreira** "acrescentou que os agentes da autoridade em questão levaram consigo, também, as notas fiscais referentes às compras feitas no Paraguai" e que, "dentre os bens, havia perfumes, iMac, iPad, celulares Xiaomi, iPhones, notebooks, fones de ouvido da marca "JBL" e videogames", ressaltando "ser a quantia de bens entregue à Receita muito inferior àquela de bens apreendidos, especificando, a título de exemplo, não constar da relação de bens entregues vinte telefones celulares "iPhone" que foram apreendidos". E mais: "acrescentou ser [a **testemunha**] **Leandro** amigo de Bruno Christovão Menezes, agente de cadeia", que teria amizade com o requerido Leonardo, motivo pelo qual havia ido à Delegacia no dia seguinte da apreensão para obter a restituição dos veículos".

Desse relato, o Juízo singular concluiu pela existência de "fortes suspeitas de negociação espúria, em associação criminosa, entre os investigadores em polícia em questão – ora representados –, envolvendo Leandro e intermediada por Bruno, quanto à devolução dos veículos", bem como de "fundados indícios de que os requeridos Almir Batista de Oliveira Filho, André Martinez Sanches, Fábio Edgar Silva, Leonardo Augusto Schauff Petschow, José Márcio Ilkiu, Nivaldo Correa Cardoso e Regner Rodrigo Avancini tenham agido em conluio para o cometimento dos delitos de associação criminosa majorada pelo emprego de arma, cárcere privado, peculato, prevaricação e falsidade ideológica majorada.

Quanto aos bens desviados, acrescentou que "a relação de mercadorias apresentadas à Receita Federal de n. 0910200-134279/2019 ostenta número excessivamente inferior em relação às que efetivamente estavam no local dos fatos, tendo sido analisadas pela autoridade policial as imagens do circuito interno de câmera do local dos fatos e cotejadas com as imagens das mercadorias repassadas à Corregedoria-Geral da Polícia Civil pelas vítimas e com as notas do Paraguai, constatando-se vários desvios", salientando que os seguintes bens foram encontrados após o cumprimento dos mandados de busca e apreensão:

a) celular idêntico ao desviado (Xiaomi Redmi Note 07), na residência do representado Almir Batista de Oliveira Filho ("que, na oportunidade, quebrou o aparelho em questão com o objetivo de impedir que os policiais tivessem acesso ao seu conteúdo");

b) aparelho de TV idêntico ao desviado, além de diversos perfumes, na casa do representado André Martinez Sanches;

c) um celular Xiaomi Redmi, na residência do representado José Márcio Ilkiu;

d) celular Xiaomi Redmi e caixas de som Google Home Mini, com fitas plásticas envoltas da embalagem, na casa do representado Nivaldo Correa Cardoso;

e) diversos perfumes e cremes hidratantes semelhantes aos desviados, inclusive com idêntica forma de lacração caseira, além de um telefone celular Xiaomi MI 9, na residência do representado Regner Rodrigo Avancini.

Ressaltou que "os representados se utilizaram de expedientes da própria estrutura policial para tentarem escamotear os crimes por eles mesmos, em tese, perpetrados".

Concluiu "haver uma sequência de fatos e circunstâncias que denotam que os representados tentam frustrar a produção de provas, prejudicando o trabalho dos órgãos persecutórios, além de claramente ameaçar testemunhas, conforme literalmente consta do depoimento gravado de Antônio Freitas de França, de modo a não ser nenhuma conjectura a influência deletéria que os representados poderão ter na coleta de provas durante a persecução penal, com a possibilidade concreta de intimidarem as testemunhas por ele mesmos já possivelmente subjugadas, além da facilidade

com que poderão, mais uma vez fazendo criminoso uso de seus cargos, embarçar a colheita de provas e aniquilar os vestígios dos crimes, notadamente porque, se obtiveram vantagens patrimoniais indevidas, poderão encontrar meios de obnubilar a atuação policial na apuração do destino dado aos produtos dos delitos, bem como a cadeia de todos os envolvidos na quadrilha, pois uma associação criminosa exige, é claro, ramificações e cooperação de uma série de pessoas, a fim de que possa ter êxito".

Asseverou os acusados "mantiveram restringida a liberdade dos abordados por mais de cinco horas, não efetuaram a prisão destes nem submeteram os fatos à autoridade policial competente, desviaram considerável parte das coisas apreendidas em proveito próprio, bem como liberaram os envolvidos com seus respectivos veículos depois de encarcerá-los ao arrepio da lei, além de ameaçarem testemunha e destruírem celular quando do cumprimento da busca e apreensão".

Frisou que, "consoante consta dos autos, ameaçaram gravemente Antônio Freitas de França caso ele e os demais comunicassem os fatos ora investigados ao GAECO e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil".

Aduziu ser "também necessária como garantia da ordem pública, em razão da periculosidade dos representados, evidenciada pelo modus operandi empregado, na medida em que estes policiais civis, a priori, em associação criminosa, com divisão de tarefas, perpetraram delitos utilizando-se de suas funções, inclusive mantendo pessoas (testemunhas dos fatos ora apurados) em cárcere privado, para obterem vantagens patrimoniais, tudo sob o pálio do cargo de investigador por cada um deles ocupado".

Salientou a manifestação do representante da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, que frisou fazerem os representados "parte de uma estrutura extremamente sensível da 10ª Subdivisão Policial de Londrina: José Márcio Ilkiu é superintendente (chefe dos investigadores), Regner é chefe do setor de furtos e roubos e os demais compõem esta última equipe", concluindo que "exercem funções de extrema confiança na Unidade Policial e de sensibilidade ímpar".

Quanto ao risco à instrução processual, o Juízo observou ser "inegável a circunstância de que se os policiais em questão, *a priori*, formam um grupo criminoso que tem a capacidade de documentar apenas parte da apreensão de mercadorias advindas do Paraguai, apropriando-se criminosamente da maioria delas, e, para tanto, mantiveram pessoas em

cárcere privado, fizeram constar informações inverídicas em boletim de ocorrência e em lista encaminhada à Receita Federal, liberaram bens sem nenhuma regularidade, não comunicaram os fatos aos Delegados de Polícia a que estão adstritos, dentre outras manobras, **não se configurando conjectura e ilação a assertiva de que poderão ameaçar testemunhas e destruir provas**".

O STJ e o STF, em casos similares, entendem que a participação de agente em organização criminosa – a revelar o risco de reiteração delitiva – pode justificar idoneamente a prisão preventiva. Confirmam-se: **HC n. 345.358/SP**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 18/4/2016; **RHC n. 122.182/SP**, Rel. Ministro **Luiz Fux**, 1ª T., DJe 15/9/2014; **HC n. 95.024**, Rel. Ministra **Cármem Lúcia**, 1ª T., DJe 20/2/2009.

Ademais, quanto à tese defensiva de que o paciente foi preso unicamente por ser policial civil, observo que o Juízo de Direito descreveu fatos graves, bem como evidenciou o risco decorrente dessas práticas por parte de pessoas que, na condição de policiais, exercem poder particularmente sensível, o que, segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, justifica a prisão preventiva, *in verbis*:

[...]

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.
2. Com efeito, extrai-se do decreto prisional que os pacientes, valendo-se da condição de policiais civis, teriam promovido apropriação de bens, bem como tortura e ameaças às vítimas a fim de as extorquir. Ademais, durante a prisão em flagrante, houve tentativa de fuga pela BR-116, expondo a perigo bens e vidas de terceiros.
3. Não ocorre ilegalidade ou abuso de poder na segregação cautelar em exame, uma vez que o magistrado fundamentou sua decisão na garantia da ordem pública, ameaçada pela gravidade concreta do delito, e na conveniência da instrução criminal.
4. Os acusados são integrantes de força policial e, em vez de zelar pela segurança pública, utilizam do monopólio estatal do uso da força para causar temor a determinado grupo de cidadãos com o propósito de ganho pessoal,

podendo, no curso do processo, coagir testemunhas.

5. "[...] a primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e a profissão lícita são circunstâncias pessoais que, de per se, não são suficientes ao afastamento da prisão preventiva" (STF, HC 112.642, Rel. Ministro JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 9/8/2012).

6. Habeas corpus não conhecido. (HC 315.150/PR, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 23/11/2015)

Em razão da gravidade do crime e das indicadas circunstâncias do fato, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais.

Assim, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Dispensio as informações.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator